Notícias do dia 15 de novembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 6

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Transparência média em Goiás é de 69%, diz estudo sobre poderes . . . 3

O POPULAR - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Quase 40 mil crianças estão na fila por vaga em creche em GO . . . 5

DAQUI - GO - GERAL
TCE - GO
Quase 40 mil aguardam vaga . . . 7

TV SAGRES - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO - SAGRES EM TOM MAIOR
TCE - GO
Presidente executiva do todos pela educação fala sobre desafios enfrentados e políticas públicas . . . 8

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO
Quase 38 mil crianças em Goiás esperam por vagas em creches . . . 9

GOIÁS EM TEMPO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
Em Goiânia, presidente do Todos Pela Educação destaca que ensino deve ser a "prioridade das prioridades" . . . 10

JORNAL DO PENINHA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Diagnóstico do Gaepe-GO aponta déficit de creches em Goiás . . . 12

Transparência média em Goiás é de 69%, diz estudo sobre poderes

Os poderes e órgãos públicos de **Goiás** registraram índice geral de transparência de 69,26%, segundo estudo feito pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Entre 499 entes goianos avaliados, apenas 34 foram certificados com selos diamante (5), ouro (17) ou prata (12), porque alcançaram índice individual de transparência de no mínimo 75% e cumpriram todos os critérios essenciais.

Apesar de o estado ter registrado instituições com altos índices e colocações de destaque no ranking nacional, o estudo demonstra que ainda há casos de deficiência em itens básicos de transparência, como recursos humanos, Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), além de dados sobre obras e licitações.

No quadro nacional, foram avaliadas 8 mil instituições que juntas alcançaram índice de 58,13%. Do total, 1,3 mil conseguiram um dos selos de certificação. Para o **conselheiro** ouvidor do Tribunal de Contas de Mato Grosso (**TCE**-MT) e coordenador do Programa Nacional de Transparência Pública da Atricon, Antonio Joaquim Moraes Rodrigues Neto, o resultado demonstra que a transparência no Brasil ainda está "aquém da necessidade de uma democracia plena e com maturidade".

Rodrigues Neto destaca que menos de 20% das entidades receberam selo de qualidade no País. De acordo com o **conselheiro**, os Tribunais de Contas entraram no tema "para valer" e devem continuar desenvolvendo trabalho sobre transparência.

Em **Goiás**, o governo estadual ficou em 2º lugar no ranking das unidades da federação, com índice de transparência de 99,1%. O estudo mostra que o estado alcançou apenas 66% no item "educação". Em nota, a Secretaria de Estado da Educação (SES) informou que a avaliação foi impactada pela ausência do relatório do Plano Estadual de Educação de 2022, porque o documento é finalizado no segundo semestre do ano seguinte. A SES argumentou que a avaliação da Atricon desconsiderou os prazos das secretarias de educação.

Já o Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-**GO**) ficou em 1º lugar entre os tribunais estaduais e alcançou índice de 99,13%. A instituição falhou no item "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Governo Digital", em que registrou 66%. Por nota, o TJ-**GO** enalteceu o porcentual alcançado e não respondeu sobre os pontos de deficiência.

A Assembleia Legislativa de **Goiás** também alcançou 1º lugar entre as casas legislativas estaduais, com 97,36%. O estudo mostrou que o poder ainda precisa avançar em LGPD e Governo Digital, atividades finalísticas, informações institucionais, licitações e recursos humanos. A Casa informou que estes pontos estão em desenvolvimento ou já foram solucionados.

O Legislativo goiano tem histórico de problemas com transparência. O POPULAR mostrou em maio que o portal da Casa saiu do ar e voltou com menos informações sobre remunerações e salários dos servidores. Em seguida, parte das informações voltaram à página. No entanto, até o fechamento desta edição, a folha de pagamento mais recente publicada ainda era a de agosto.

Além disso, não é possível visualizar na página ou em planilhas dados sobre a lotação dos servidores comissionados. Cada um dos 41 deputados pode contratar até 95 comissionados em seus gabinetes com verba total de R$ 88,7 mil. A Assembleia informou em nota que a atualização da folha de pagamento está sendo feita. Quanto ao trabalho dos comissionados, a Casa alegou que as lotações são divididas em gabinete parlamentar e secretaria.

Rodrigues Neto explica que o levantamento tem 239 critérios de avaliação, sendo que parte deles são considerados essenciais. O **conselheiro** argumenta que mesmo alcançando 95% dos itens, a Casa pode ter deficiências que ficam de fora do estudo. "Não é um portal perfeito, mas atingiu parte dos critérios", declarou Rodrigues Neto. O **conselheiro** afirma ainda que consciência política é o principal desafio para o avanço da transparência no Brasil. "Quanto mais democrática, mais (uma gestão) oferece ferramentas de transparência", disse.

Controle

O Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-**GO**) ficou em 7º lugar no ranking nacional, com índice de transparência de 96,98%. Os menores porcentuais, entre 61% e 65%, foram registrados nas áreas do SIC e de

atividades finalísticas. O tribunal argumentou por nota que não existem deficiências nestes itens, mas situações que demandam ajustes ou que, por força de lei, não são compatíveis com alguns dos quesitos avaliados.

O **TCE**-**GO** citou que existem disposições legais que proíbem divulgar informações como peças de processos em trâmite. "De qualquer forma, o **TCE**-**GO** vai seguir se aperfeiçoando, adotando e disseminando boas práticas", diz a nota. A instituição mencionou também que outros itens - nenhum considerado essencial no estudo - precisam de tratamento, como publicação das atas de julgamentos.

Ainda no âmbito de controle, o Ministério Público (MP-**GO**) ficou em 8º lugar no ranking nacional, com índice de 84,55%. O órgão ainda precisa avançar em transparência sobre obras e licitações, segundo o levantamento. Também por nota, o MP-**GO** destacou que atendeu 100% dos itens essenciais. A instituição argumentou que todos os contratos de obras e licitações estão disponíveis no Portal da Transparência e na área de editais. No entanto, alegou que "algumas das informações não se encontravam publicadas, levando os avaliadores a classificarem alguns itens como não atendidos".

Radar

Levantamento da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas demonstra nível de transparência de órgãos estaduais e municipais

O estado de **Goiás** registrou índice de 99,1% e ficou em 22 lugar no ranking das unidades da federação.

O Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJ-**GO**) tem índice de transparência de 99,13% e ficou em 12 lugar na lista de tribunais estaduais.

Com índice de 97,36%, a Assembleia de **Goiás** ficou em 12 lugar entre as casas legislativas estaduais.

A Defensoria Pública estadual (DPE-**GO**) registrou índice de 84,18% e ficou em 72no ranking destes órgãos no País.

O **Tribunal de Contas do Estado** (TOE-**GO**) ficou em 72 na lista nacional e registrou índice de transparência de 96,98%

O Ministério Público estadual (MP-**GO**) tem índice de 84,55% e 82 lugar no ranking nacional.

No âmbito municipal a Prefeitura de **Goiânia** ficou em 222 lugar entre as cidades goianas e registrou índice de transparência de 86,05%

A Câmara de **Goiânia** teve porcentual de 46,26% e ficou em 2092lugar no ranking com as 246 cidades de **Goiás**.

Apenas cinco estados brasileiros têm Tribunais de Contas dos Municípios. Nesta lista, o TCM - **GO** ficou em 32 lugar, com índice de transparência de 85,95%

Site: https://opopular.com.br/digital/15-novembro-2023/1o-caderno

Quase 40 mil crianças estão na fila por vaga em creche em GO

Em **Goiás**, quase 40 mil crianças de 0 a 3 anos estão na fila de espera por uma vaga em creches. Outras 6,7 mil, com idade entre 4 e 5 anos, aguardam a chance de entrar na pré-escola. Os dados que revelam a realidade de 201 dos 246 municípios goianos (82%), foram apresentados nesta terça-feira (14) durante a primeira reunião presencial do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de **Goiás** (**Gaepe**-**GO**) realizada na sede do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

O levantamento, realizado pela seccional goiana da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que integra o **Gaepe**, foi feito entre os dias 6 de outubro e 10 de novembro deste ano. Os dados, na opinião do **conselheiro** Fabrício Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), revelam uma realidade preocupante. "O que chama a atenção é que os municípios não têm um planejamento de construção de novas creches porque não conhecem a demanda de suas localidades. A importância de ter um diagnóstico é porque 2024 é o ano de fazer o novo Plano Nacional de Educação (PNE)."

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2022, a taxa de atendimento de crianças de até 3 anos na educação de **Goiás** é de 25,4%; e entre 4 a 5 anos, é de 85%. O levantamento do **Gaepe** com dados de 82% dos municípios goianos, entre eles **Goiânia**, revela que 74.492 crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creches. A fila de espera conta com 37.994 crianças em 106 municípios. Na pré-escola, que recebe alunos de 4 a 5 anos, estão matriculadas 132.678 crianças e a fila por vagas possui 6.732 nomes em 16 municípios.

Apesar desse cenário, chamou a atenção a afirmação da maioria dos gestores dos municípios que forneceram os dados para o levantamento de que não possuem critérios para organizar a fila de espera. Por outro lado, 63% reconheceram que não possuem planos de expansão. "Falta um marco conceitual da educação infantil", comentou a doutora em Direito Constitucional, Alessandra Gotti, presidente executiva do Instituto Articule, que integra o **Gaepe** nacional. O Instituto Articule surgiu em São Paulo há 12 anos com o propósito de promover mudanças na área social.

"Minha expectativa é que a partir dessa reunião, após debruçar sobre esse levantamento, que possamos construir caminhos para mudar essa 'fotografia' da educação infantil em **Goiás**, seja no tocante à demanda urgente, como encontrar formas de fortalecer os municípios para o planejamento", afirmou Alessandra Gotti. Além dos presidentes dos **TCE** e TCM, conselheiros **Saulo Mesquita** e Joaquim Castro, participaram da reunião gestores estaduais e municipais de educação. A presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, explanou sobre os Desafios da Educação Brasileira.

Mais de 50% dos municípios que enviaram dados para o levantamento do **Gaepe** não informaram sobre a existência de obras destinadas a aumentar o número de vagas em creches, contrariando a mobilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a retomada de obras inacabadas ou paralisadas. Há, segundo o estudo, 125 obras para a construção de creches, das quais 11 deverão ser entregues ainda este ano. Com as novas obras, até 2026 serão abertas 11.894 vagas em creches no estado de **Goiás**.

Para o **conselheiro** Fabrício Motta, que é da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), embora o PNE 2014-2014 tenha estabelecido metas e o Supremo Tribunal Federal já entendeu de forma definitiva que as crianças têm direito à creche, essas metas precisam ser monitoradas. "Agora há uma lei federal que obriga os gestores a divulgar as filas de espera. É preciso descobrir o que está prejudicando esse desempenho para que o problema seja corrigido. Vamos ajudar os municípios a fazer esse diagnóstico e contribuir para uma solução."

5 perguntas para Alessandra Gotti, presidente-executiva do Instituto Articule

- Os dados apontados pelo levantamento do **Gaepe** refletem uma realidade somente de **Goiás**?

Este problema é nacional, tanto no sentido de ainda não termos universalizado a pré-escola, quanto o grande contingente de crianças na fila de espera por creches.

- Como resolver esse gargalo?

Só vamos conseguir superar se houver, de fato, uma agenda comum entre todos os atores que participam da política pública no sentido de apoiar a gestão para a superação de desafios e fortalecimento das capacidades municipais, sobretudo para avançar nos planos de expansão. Em 54% dos municípios há fila de espera para creches. No caso da pré-escola é preciso fazer a busca ativa das 7 mil crianças que estão fora das unidades de ensino.

Por que é tão importante que as crianças de 0 a 3 anos estejam nas creches?

Antes, a concepção de creche era assistencialista, mas agora é de educação. O foco é na criança. O melhor investimento em pessoas é apostar no seu desenvolvimento, nos estímulos adequados nos primeiros anos de vida. É nesse momento que há sinais cerebrais, que, se estimulados, trarão resultados frutíferos no futuro, tanto na trajetória acadêmica, como em relação à renda, à saúde e à redução da violência. Temos evidências disso. Investir na primeira infância não é despesa, é investimento no futuro do país.

De que forma os Gaepes têm contribuído para melhorar a educação infantil no país?

É importante lembrar que a força dos Gaepes é algo inovador. Eles colocam no mesmo ambiente para conversar atores que atuam na política pública - no planejamento, na execução, na fiscalização, no julgamento, na legislação - além da sociedade civil. Quando a gente trabalha de forma alinhada, poupamos energia e recursos públicos. Evita a judicialização, a descoordenação e entendimentos diferentes que podem tornar a política pública pouco fluida.

Há resultados práticos?

Em Rondônia, a governança mais antiga, os resultados foram mostrados na capa do jornal Valor Econômico. Sabemos que há pedidos nada republicanos para furar a fila de espera. Se houver critérios, eles vão blindar o secretário de atender esses pedidos. O **Gaepe** soltou uma nota técnica em Rondônia sugerindo critérios para priorizar o atendimento de crianças deficientes, que vivem num cenário de violência doméstica ou de vulnerabilidade social ou que integrem famílias monoparentais. Essa é a realidade em quase 70% dos municípios de lá.

O que é o **Gaepe**

O **Gaepe** não é um órgão de controle, mas sim uma governança que reúne gestores estadual e municipais, órgãos de controle, sistema Judiciário e sociedade civil. Criado em 2020 para combater os reflexos da pandemia de Covid-19 na educação, passou a ser permanente. A governança, coordenada pelo Instituto Articule, aponta os principais desafios educacionais e contribui para a sua solução. O **Gaepe** tem o apoio operacional do **TCE** e do TCM e cooperação da Atricon e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa.

Site: https://opopular.com.br/digital/15-novembro-2023/1o-caderno

Quase 40 mil aguardam vaga

Quase 40 mil crianças de 0 a 3 anos estào na fila de espera por uma vaga em creches em Goiás.

Outras 6,7 mil, com idade entre 4 e 5 anos, aguardam a chance de entrar na pré-escola. Os dados, que revelam a realidade de 201 dos 246 municípios goianos (82%), foram apresentados ontem durante a primeira reunião presencial do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de Goiás (**Gaepe**-**GO**) realizada no **Tribunal de Contas do Estado**.

O levantamento, realizado pela seccional goiana da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que integra o **Gaepe**, foi feito entre os dias 6 de outubro e 10 de novembro deste ano. Os dados, na opinião do conselheiro Fabrício Motta, do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), revelam uma realidade preocupante.

"O que chama a atenção é que os municípios não têm um planejamento de construção de novas creches porque não conhecem a demanda de suas localidades.

A importância de ter um diagnóstico é porque 2024 é o ano de fazer o novo Plano Nacional de Educação (PNE)." Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2022, a taxa de atendimento de crianças de até 3 anos na educação de Goiás é de 25,4%; e entre 4 a 5 anos, é de 85%. O levantamento do **Gaepe** com dados de 82% dos municípios goianos, entre eles Goiânia, revela que 74.492 crianças de 0 a 3 anos estão matriculadas em creches.

A fila de espera conta com 37.994 crianças em 106 municípios. Na pré-escola, que recebe alunos de 4 a 5 anos, estão matriculadas 132.678 crianças e a fila possui 6.732 nomes em 16 municípios.

SEM PLANO Apesar desse cenário, chamou a atenção a afirmação da maioria dos gestores dos municípios que forneceram os dados para o levantamento de que não possuem critérios para organizar a fila de espera. Por outro lado, 63% reconheceram que não possuem planos de expansão.

"Falta um marco conceituai da educação infantil", comentou a doutora em Direito Constitucional, Alessandra Gotti, presidente executiva do Instituto Articule, que integra o **Gaepe** nacional.

"Minha expectativa é que a partir dessa reunião, após debruçar sobre esse levantamento, que possamos construir caminhos para mudar essa "fotografia" da educação infantil em Goiás, seja no tocante à demanda urgente, como encontrar formas de fortalecer os municípios para o planejamento", afirmou Alessandra.

OBRAS Mais de 50% dos municípios que enviaram dados para o levantamento do **Gaepe** não informaram sobre a existência de obras destinadas a aumentar o número de vagas em creches, contrariando a mobilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a retomada de obras inacabadas ou paralisadas. Há, segundo o estudo, 125 obras para a construção de creches, das quais 11 deverão ser entregues ainda este ano. Com as novas obras, até 2026 serão abertas 11.894 vagas em creches no estado de Goiás.

Para o conselheiro Fabrício Motta, que é da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), embora o PNE 2014-2014 tenha estabelecido metas e o Supremo Tribunal Federal já entendeu que as crianças têm direito à creche, essas metas precisam ser monitoradas.

"Agora há uma lei federal que obriga os gestores a divulgar as filas de espera. É preciso descobrir o que está prejudicando esse desempenho para que o problema seja corrigido."

Site: https://daqui.opopular.com.br/digital/15-novembro-2023/daqui-go

Presidente executiva do todos pela educação fala sobre desafios enfrentados e políticas públicas

Marcelo Pedro/ Jéssica Lima

Tags: EAD, EDUCAÇÃO, PRESIDENTE EXECUTIVA DO TODOS PELA EDUCAÇÃO PEISCILA CRUZ, **GAEPE**, **CONSELHEIRO** PRESIDENTE DO **TCE**-**GO** **SAULO MESQUITA**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/11/15/TVSAGRESAPARECIDADEGOINIAGO-00.50.07-00.53.50-1700070744.mp4

Quase 38 mil crianças em Goiás esperam por vagas em creches

TAGS: SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL, REUNIÃO, ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO INFANTIL, VAGAS EM CRECHES, LEVANTAMENTO, **GAEPE**-**GO**, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE **GOIÁS**, QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, OBRAS, **TCE**-**GO**, **CONSELHEIRO**

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/11/15/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.23.26-09.27.16-1700056742.mp3

Em Goiânia, presidente do Todos Pela Educação destaca que ensino deve ser a "prioridade das prioridades"

Os desafios na área de Educação são diversos. Representantes de instituições ligadas a área de Ensino debateram diferentes problemas e soluções para alunos, professores e a comunidade escolar. Um dos mais sensíveis é a formação de professores.

Um seminário foi realizado pelo Gabinete Articulado para Efetividade da Política de Educação (**Gaepe**) em **Goiânia**. Frente a frente com o público, a presidente executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, induziu os participantes a reflexões para construção de educação de qualidade.

Vários desafios na área de Educação foram elencados como Financiamento, Equidade, Educação Antirracista, Formação de Professores, Alfabetização, Gestão Escolar. Além disso, há preocupação quando carência de recursos para inclusão, saúde mental dos profissionais da Educação.

Priscila Cruz alerta que há outros temas que merecem muita atenção, entre eles a formação de professores. Ela relatou que 81% de quem entra nos cursos de licenciatura de Pedagogia são ingressantes em cursos de Educação a Distância.

"É praticamente impossível termos qualidade de professores em cursos EAD, a gente pode ter o curso híbrido com pouco de EAD, mas basicamente tem que ser um curso presencial. Eu fiz um chamamento muito forte para que a gente acabe com essa farra do EAD que há no país e que tem prejudicado a melhoria da qualidade da Educação no Brasil", afirmou.

A presidente do Todos pela Educação defende que é preciso de uma atuação sistêmica, com a conexão de todos os processos para alcançar resultados. Como os problemas são diversos, não dá para atacá-los todos de uma vez, para isso há prioridades a serem seguidas.

"O que a gente pergunta para pessoas envolvidas na área da Educação, quando a gente pergunta quais são suas prioridades, a gente consegue coletar várias, financiamento, gestão, governança, pré-escola, ensino médio, formação, inclusão, educação étnico-racial. Tem muitas pautas mesmo", disse Priscila Cruz.

A presidente Executiva do Todos pela Educação, entende que há várias demandas, mas a principal é que a Educação deve ser a "prioridade das prioridades".

"A primeira prioridade é ser prioridade, é muito fácil falar que a educação é importante, é muito fácil falar, é muito difícil fazer e a gente tem poucos casos de priorização no Brasil".

Priscila Cruz destaca que é preciso ter uma atenção especial quanto a primeira infância. Áreas como Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Antirracismo devem ser integradas, resultando numa formação completa para crianças.

"Essa criança estará na sala de aula e ela precisa aprender isso de forma integrada para aprender o que realmente precisa aprender", analisou.

Apesar de esforços há temas que ainda merecem mais atenção como a recomposição de aprendizagem. Priscila relata que são poucas as secretarias que tem tratado o tema com o protagonismo necessário. Afinal, crianças e adolescentes foram impactadas de diferentes formas no período da pandemia da Covid-19.

"Pena, e eu não tenho uma boa notícia, pois este assunto não está no topo da agenda de grande parte das secretarias de Educação, o ministro da Educação ainda não apresentou um plano para coordenar estados e municípios sobre essa recuperação de aprendizagem na pandemia. As turmas estão se formando e agora o 3º ano do Ensino Médio está se formando, eles estavam no 9º ano durante a pandemia e nada aconteceu", argumentou.

Priscila relata que no caso da alfabetização também há um grande prejuízo. Para ela, alunos impactados precisam ter um tratamento diferenciado para conseguir a mesma chance de alfabetização dos outros. "Falta uma estratégia nacional para recuperação da perda de aprendizagem", disse.

Uma das bandeiras levantadas foi uma articulação

mais robustas entre todos os órgãos e agendas que de alguma forma trabalham na área da Educação.

O **Conselheiro** Presidente do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Saulo Mesquita**, afirma que há uma otimização de esforços e recursos em prol da Educação.

"O foco do **Gaepe** é a melhoria da educação, o foco inicial foi na pandemia, o afastamento dos alunos. O **Gaepe** tinha um enfoque específico na pandemia, mas hoje o enfoque é direcionado ao melhoramento da educação, pensando no futuro como um todo", destacou.

Um dos pontos destacados durante o encontro foram os desafios tecnológicos pensando na resolução de problemas enfrentados por estudantes e pela comunidade escolar de uma forma geral.

A representante do Instituto Articule, Alessandra Gotti, defendeu a união de esforços visando a construção de uma agenda conjunta entre os diferentes poderes do setor público.

"É importante pensarmos em soluções, aprimorá-las, ombreados, buscando soluções para problemas reais", relatou a integrante do Articule.

O Gabinete Articulado para Efetividade da Política de Educação (**Gaepe**) organizou o seminário. O grupo debate melhorias pra educação e tem a participação de órgãos como Tribunais de Contas, Secretarias de Educação e membros do terceiro setor.

Durante o encontro houve um balanço de ações desenvolvidas durante a pandemia, entre elas a busca pela segurança sanitária, transporte escolar após retomada as aulas e recuperação de aprendizado.

O grupo conta com o apoio de 14 instituições, entre elas a Secretaria Estadual de Educação, o Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Defensoria Pública de **Goiás**, Federação Goiana dos Municípios, Instituto Articule, entre outras.

"O **Gaepe** não é ambiente de controle, auditoria, que expede determinações, não de apuração, mas de construção de políticas públicas", disse Fabrício Mota que é **conselheiro** do Tribunal de Contas dos Municípios.

O tema é alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), ODS 4 - Educação de Qualidade .

Site: https://goiasemtempo.com.br/home/em-goiania-presidente-do-todos-pela-educacao-destaca-que-ensino-deve-ser-a-prioridade-das-prioridades/

Diagnóstico do Gaepe-GO aponta déficit de creches em Goiás

Peninha

Levantamento foi divulgado durante reunião para gestores em educação no **TCE**-**GO**

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2022 aponta que cerca de 36% das crianças de até 3 anos de idade são atendidas por creches no Brasil, enquanto **Goiás** atende apenas 25,4%. Esse índice preocupante foi aprofundado em diagnóstico divulgado hoje (14/nov), durante a 1ª Reunião Presencial do Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Estado de **Goiás** (**Gaepe**-**GO**), no Auditório do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-**GO**). A apresentação foi feita por Miguel Rodrigues Ribeiro, presidente da seccional goiana da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), entidade integrante do **Gaepe**-**GO**.

Segundo a Pnad 2022, quando se trata de crianças entre 4 e 5 anos de idade, os números melhoram, com atendimento de 91,5% no Brasil, e 85% em **Goiás**. Já de acordo com dados levantados pelo **Gaepe**-**GO**, em **Goiás** são 74.492 crianças de 0 a 3 anos matriculadas nas creches, com 37.994 na fila de espera de vagas. De 4 a 5 anos, são 132.768 matriculados e 6.732 em fila de espera. Os números mostram que o atendimento em creches privilegia crianças maiores, embora os municípios declarem atender os pequenos a partir de 6 meses. Isso provoca fila maior para a faixa etária de até dois anos, seguido de quem tem até 4 anos de idade.

Em outra questão abordada pelo levantamento do **Gaepe**-**GO**, 46% dos municípios declararam não haver fila de espera para creches. No entanto, 55% afirmaram não possuir critérios objetivos para organizar a fila e 63% dos municípios reconheceram não ter planejamento de expansão para novas vagas. As informações foram levantadas entre os dias 6 de outubro de 10 de novembro de 2023, com resposta ao questionário de 201 dos 246 municípios goianos.

O levantamento mostra que o atendimento em creches de tempo integral é realizado em 73% dos municípios goianos, abrangendo, em 50% dos municípios, todas as faixas etárias. Em **Goiás**, o atendimento é realizado, em 72% dos casos, em creches municipais, sendo que em 92% são utilizados prédios próprios.

Mais de 50% dos municípios não informaram sobre a existência de obras em creches, apesar da mobilização do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o pacto de retomada das obras inacabadas ou paralisadas. Os que informaram revelaram a existência de 125 obras para a construção de creches em todo o estado, das quais 11 estão previstas para serem entregues ainda este ano. A expectativa é de preenchimento de 11.894 vagas até 2026.

SOBRE O **GAEPE**

O **Gaepe**-**GO** é uma governança horizontal que reúne gestores dos governos estadual e municipais, órgãos de controle, Sistema de Justiça e sociedade civil. Instalado em julho de 2020 para combater os reflexos da pandemia de covid-19 na educação, passou a ser permanente e tratar também de desafios estruturantes do setor. A iniciativa é coordenada pelo Instituto Articule, com apoio operacional do **TCE**-**GO** e do TCM-**GO** e cooperação da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB).

Texto: Alexandre Alfaix

Site: https://jornaldopeninha.com.br/diagnostico-do-gaepe-go-aponta-deficit-de-creches-em-goias/